

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL

Débora Cabral Nazário¹, Paulo Fernando da Silva², Aires José
Rover³

Resumo

A Administração Pública vem utilizando tecnologias e ferramentas de informação e comunicação como instrumento para melhorar e facilitar a administração diária do governo. Neste artigo é apresentado o Portal da Transparência do Governo Federal, como uma iniciativa de Governo Aberto. A metodologia de estudo consistiu das etapas de levantamento bibliográfico, avaliação e análise da qualidade da informação deste Portal. São verificados dezesseis critérios, onde a maioria é atendida, mas alguns aspectos podem ser melhorados.

Palavras chave

Administração Pública. Governo Eletrônico. Governo Aberto. Portal da Transparência.

¹ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento (EGC), Florianópolis, SC; Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Professora do Departamento de Ciência da Computação (DCC), Joinville, SC, debora.nazario@gmail.com

² UFSC, Doutorando no EGC, Florianópolis, SC, paulosilvafurb@gmail.com

³ UFSC, Professor do EGC, Florianópolis, SC, airesjr@ccj.ufsc.br

Abstract

The Public Administration has been using technologies and information and communication tools as an instrument to improve and make easier the daily government administration. This paper presents the Transparency Portal of the Federal Government, an initiative of Open Government. The study methodology was done in some stages: literature review, evaluation and analysis of information quality from the portal. Sixteen criteria were evaluated, where most of them were attained and some can be improved.

Keywords

Public Administration. Electronic Government. Open Government. Transparency Portal.

1 Introdução

Com a disseminação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), seu uso está cada vez mais crescente nos últimos anos, com isso a ocorrência dos acoplamentos tecnológicos, interações entre seres vivos e tecnologia. Este artigo trata destes acoplamentos na Administração Pública, uma forma de facilitar e agilizar as atividades com o governo eletrônico.

O movimento de dados abertos trouxe o conceito de Governo Aberto, como uma forma de comunicação aberta e permanente entre governo e comunidade. Uma iniciativa brasileira de dados abertos é o Portal da Transparência do Governo Federal lançada em 2004.

O objetivo deste artigo é elaborar uma análise da qualidade da informação do Portal da Transparência, utilizando dezesseis critérios elaborados por Eppler (2006) em seu *framework*.

O texto está organizado da seguinte forma: A seção 2 apresenta os procedimentos metodológicos adotados neste estudo, a seção 3 descreve o termo acoplamento tecnológico, na seção 4 são tratados alguns aspectos conceituais da Administração Pública, a seção 5 apresenta o conceito de Governo Eletrônico, na seção 6 é

apresentado então o conceito de Governo Aberto e a iniciativa do Portal da Transparência do Governo Federal brasileiro. A seção 7 traz uma avaliação do Portal da Transparência, por último têm-se as Considerações Finais do artigo e as Referências utilizadas.

2 Procedimentos Metodológicos

O processo de desenvolvimento deste estudo consistiu das seguintes etapas: Levantamento bibliográfico, avaliação e análise da qualidade da informação do Portal da transparência.

Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico referente aos aspectos conceituais relacionados ao tema, como: termo acoplamento tecnológico, baseado na Teoria da Biologia do Conhecer de Maturana e Varela; Administração Pública, características da Nova Gestão Pública e do Novo Serviço Público; Governo Eletrônico e a utilização de tecnologias de informação e comunicação para melhorar os processos na Administração Pública; Governo Aberto e a iniciativa do Portal da Transparência do Governo Federal brasileiro.

Em seguida é realizada uma avaliação do Portal da Transparência baseada no *framework* de qualidade da informação de Eppler (2006), esta avaliação foi realizada pelos próprios autores.

Por último têm-se as Considerações Finais, com uma pequena análise da avaliação da qualidade da informação em relação aos critérios atendidos ou que precisam ser melhorados.

3 Acoplamentos Tecnológicos

A Teoria da Biologia do Conhecer desenvolvida pelos biólogos Humberto R. Maturana e Francisco J. Varela constitui um arcabouço teórico que procura mostrar como os processos cognitivos humanos surgem da operação desses enquanto seres vivos. (MATURANA e VARELA, 1997), (MATURANA e VARELA, 2001).

Com base na Teoria da Biologia do Conhecer alguns autores estão utilizando o conceito de acoplamento tecnológico, como: Carneiro (2003), Carneiro, Pires e Maraschin (2003), Maraschin e Axt (2005), Pellanda (2006), Minuzzi (2008), Rodrigues, Maraschin e Laurino (2008), Maurente, Maraschin e Biazus (2009), Campos (2010).

O acoplamento tecnológico está relacionado às interações recorrentes entre os seres vivos e a tecnologia, está baseado na utilização intensiva de recursos tecnológicos, que estão cada vez mais avançados, para suportar a interação e comunicação.

Sintetizando os tipos de acoplamentos, tem-se a representação na Figura 1, onde as interações recorrentes entre ser vivo e meio externo é o acoplamento estrutural, o acoplamento entre seres vivos chama-se acoplamento social. Já as interações entre seres vivos e tecnologia são então denominadas de acoplamento tecnológico.



Figura 1: Tipos de acoplamento. Adaptado de Carneiro, Maraschin e Tarouco (2004)

A Tecnologia de Informação e Comunicação está cada vez mais fazendo parte da vida dos seres humanos em diversas tarefas diárias, e por consequência a existência dos acoplamentos tecnológicos. Neste artigo será dada ênfase ao uso intensivo da tecnologia na Administração Pública, ou seja, o governo eletrônico.

4 Administração Pública

Como apresentado a seguir, a literatura aponta aspectos relevantes na administração pública sugerida por alguns autores desta área, como a *participação do cidadão* nas tomadas de decisão e *governo transparente*. São apresentadas também características da chamada Nova Gestão Pública e do então Novo Serviço Público.

Redford (1969) argumenta que a moralidade democrática repousa sobre três questões-chave. Em primeiro lugar, a moralidade democrática supõe que a pessoa, o indivíduo, é a medida básica de valor humano. Em segundo lugar reconhece que todas as pessoas têm direito total à atenção do sistema, todas as pessoas são criadas iguais. Em terceiro lugar, os anseios individuais podem ser promovidos de um modo melhor pelo envolvimento de todas as pessoas no processo de tomada de decisão, e a participação é essencial para o desenvolvimento da cidadania democrática. O ideal da participação universal pode tomar várias formas, Redford indica algumas básicas: o acesso à informação, com base em educação, governo transparente, comunicação livre e debate franco; o acesso direto ou indireto a fóruns de decisão; a capacidade de trazer e apresentar qualquer questão ao debate público; a capacidade de expor seus anseios, sem medo de retaliação coerciva; e a consideração de todos os anseios externados (REDFORD, 1969, p. 8).

Osborne e Gaebler (1992) sugerem dez princípios por intermédio dos quais os empreendedores públicos poderiam realizar uma reforma governamental profunda – princípios essenciais da **Nova Gestão Pública**:

1. **Governo catalisador**. Melhor dirigir que remar – preferem comandar a concentrar-se sobre um único objetivo;
2. **Governo próprio da comunidade**. Melhor empoderar [o cidadão] que servi-lo – conferem poder aos cidadãos;
3. **Governo competitivo**. Criar competição entre os prestadores de serviço – os resultados são maior eficiência, maior responsividade e ambiente que premia a inovação;

4. **Governo dirigido por missão:** Transformar organizações dirigidas por regras – dão foco à missão do grupo e planejam para refletir a missão geral;
5. **Governo orientado por resultados:** Melhor financiar resultados que recursos – o governo deve se dedicar a atingir objetivos ou resultados públicos substantivos, em vez de apenas controlar recursos públicos gastos para executar a tarefa;
6. **Governo voltado ao consumidor:** Melhor satisfazer as necessidades do consumidor do que a burocracia – a menos que se ponha o foco no consumidor, o cidadão jamais será feliz;
7. **Governo empreendedor:** Melhor gerar receitas que gerar despesas – assim conseguem agregar valor e garantir resultados, mesmo em tempos de restrições financeiras;
8. **Governo previdente:** Melhor prevenir que remediar – se preocupar, em primeiro lugar, com a prevenção, em estancar o problema em sua origem;
9. **Governo descentralizado:** Da hierarquia à participação e ao trabalho em equipe – os avanços na tecnologia de informação e nos sistemas de comunicação e os aumentos na qualidade da força de trabalho criaram uma nova era de organizações mais flexíveis e baseadas em equipes. A tomada de decisão foi estendida a toda a organização;
10. **Governo orientado pelo mercado:** Alavancar mudança via mercado – a estratégia se concentra na reestruturação do ambiente, de modo que o mercado possa operar da forma mais eficaz, assegurando assim qualidade de vida e oportunidade econômica.

Com relação aos princípios relacionados, para este artigo, destaca-se o tópico do **governo descentralizado**, visto que devido aos avanços das TICs a tomada de decisão pôde ser estendida a toda a organização. Sendo possível inclusive, estender ao cidadão, permitindo maior participação.

Avançando mais um pouco na literatura, Denhardt e Denhardt (2003) descreveram o **Novo Serviço Público** como uma alternativa para a velha administração pública e a Nova Gestão

Pública. O Novo Serviço Público busca sua inspiração na teoria política democrática (especialmente na medida em que esta se preocupa com a conexão entre cidadãos e seus governos) e em abordagens alternativas para a gestão e o *design* organizacional que têm origem numa tradição mais humanística da teoria de administração pública, incluindo fenomenologia, teoria crítica e pós-modernismo.

Na visão de Denhardt e Denhardt (2003) há dois temas que fundamentam o Novo Serviço Público: promover a dignidade e o valor do Novo Serviço Público, e reafirmar os valores da democracia, da cidadania e do interesse público como valores proeminentes da administração pública. Partindo destes temas, eles elaboram sete princípios-chave para o Novo Serviço Público:

1. ***Servir cidadãos, não consumidores***: os servidores públicos se concentram na construção de relações de confiança e na colaboração com e entre os cidadãos. O serviço público é visto como uma forma ou extensão da cidadania, o governo tem que corresponder às necessidades e aos interesses dos cidadãos;
2. ***Perseguir o interesse público***: os administradores públicos têm de contribuir para a construção de uma noção coletiva, compartilhada, de interesse público. Embora haja muitas características que fazem distinção entre negócios e governos, a responsabilidade do governo de promover a cidadania e servir o interesse público é uma das diferenças mais importantes do Novo Serviço Público;
3. ***Dar mais valor à cidadania e ao serviço público do que ao empreendedorismo***: o interesse público é melhor servido por cidadãos e servidores públicos que estão comprometidos com contribuições significativas para a sociedade do que por gestores empreendedores que atuam como se o dinheiro público fosse seu;
4. ***Pensar estrategicamente, agir democraticamente***: a participação dos cidadãos não deve se restringir a dar forma às questões; ela também deve se estender à implementação das políticas. Os cidadãos e os servidores públicos têm

responsabilidade mútua de identificar problemas e implementar soluções;

5. **Reconhecer que a accountability não é simples:** os servidores públicos não devem estar atentos apenas ao mercado; eles devem dar atenção, igualmente, à constituição e aos estatutos legais, aos valores comunitários, às normas políticas, aos padrões profissionais e aos interesses dos cidadãos. O Novo Serviço Público reconhece que ser funcionário público é uma empreitada exigente, desafiadora, e às vezes heróica, que envolve *accountability* a outros, conformidade à lei, moralidade, julgamento e responsabilidade;

6. **Servir em vez de ‘dirigir’:** os servidores públicos têm que usar uma liderança baseada em valores para ajudar os cidadãos a articular e satisfazer seus interesses compartilhados, em vez de tentar controlar ou ‘dirigir’ a sociedade para novos rumos. Eles devem compartilhar poder e liderar com paixão, compromisso e integridade, de maneira a respeitar e conferir poder à cidadania;

7. **Dar valor às pessoas, não apenas à produtividade:** as organizações públicas e as redes em que participam têm mais chance de serem bem-sucedidas em longo prazo, se operarem mediante processos de colaboração e liderança compartilhada que tenham por base o respeito a todas as pessoas.

Segundo Denhardt (2008) a Nova Gestão Pública fundamenta-se na idéia de que a melhor maneira de compreender o comportamento humano é admitir que o governo e os outros atores tomam decisões e empreendem ações com base em seu próprio auto interesse. Sendo assim, o papel do governo é liberar as forças de mercado de forma a facilitar a decisão individual e a obter eficiência. Os cidadãos são vistos como consumidores e os problemas são tratados com o emprego de incentivos. Espera-se que os servidores públicos sejam empreendedores de risco que realizam os melhores negócios e reduzem custos.

Ainda para Denhardt (2008) em contraste, o Novo Serviço Público sustenta que a administração pública deve começar com o

reconhecimento de que a existência de uma cidadania engajada e esclarecida é crítica para a governança democrática. Nesta visão, esta alta cidadania é importante e ao mesmo tempo atingível, porque o comportamento humano não é apenas questão de auto interesse, mas também envolve valores, crenças e preocupação com os outros. Os cidadãos são os donos do governo e são capazes de atuar juntos em busca do bem maior. O serviço público é visto como uma extensão da cidadania, sendo motivado por um desejo de servir os outros e de atingir objetivos públicos.

Alguns pontos podem ser destacados no Novo Serviço Público descrito, como a necessidade do atendimento ao interesse dos cidadãos, participação dos cidadãos na identificação e solução de problemas, atuando em conjunto na tomada de decisão.

Como uma forma de facilitar e agilizar os processos envolvidos na administração pública, as tecnologias de informação e comunicação têm sido utilizadas, como será abordado na sequência, no tópico governo eletrônico.

5 Governo Eletrônico

Como pode ser percebido na atualidade, alguns fatores favoreceram o desenvolvimento de uma sociedade em rede, como novas Tecnologias de Informação e Comunicação, popularização da Internet e da banda larga, custos mais acessíveis de equipamentos e dispositivos móveis, grande utilização das redes de relacionamento, entre outros.

O conceito de Sociedade em Rede pode ser definido como uma comunidade de membros tecnologicamente competentes, reconhecidos como pares pela comunidade, onde tudo é sistêmico e interconectado (CASTELLS, 2003).

Para Castells (1999) é preciso estar nessa rede, onde novas oportunidades são criadas e fora dela é difícil sobreviver. Segundo Nonaka e Takeuchi (2000) as empresas em rede:

- Tendem a ser mais horizontalizadas do que as antecessoras hierárquicas;

- Assumem uma estrutura constantemente dinâmica e não estática;
- Apóiam o *empowerment* das pessoas no sentido de desenvolver familiaridade com os clientes;
- Enfatizam a importância de competências, tecnologias e habilidades únicas;
- Reconhecem a inteligência e o conhecimento como um ativo que mais possibilitam a alavancagem de uma empresa.

Castells (2003) afirma que cada vez mais os movimentos sociais e o processo político usam a Internet como um instrumento privilegiado para atuar, informar, recrutar, organizar, dominar e contra-dominar.

Para Moon (2002) governo eletrônico é um dos conceitos mais interessantes introduzidas no domínio da administração pública na década de 1990, embora não tenha sido claramente definido e compreendido entre os estudiosos e profissionais da administração pública. Como muitos conceitos e práticas de gestão na administração pública, a idéia do governo eletrônico veio do setor privado com a adoção do chamado *e-business* e *e-commerce*. O *Global Study of E-government*, uma iniciativa de pesquisa sobre governo eletrônico das Nações Unidas e da Sociedade Americana de Administração Pública, fornece uma definição ampla de governo eletrônico:

Amplamente definido, o governo eletrônico inclui o uso de todas as tecnologias de informação e comunicação, desde máquinas de fax até dispositivos sem fio, para facilitar a administração diária do governo. No entanto, a interpretação popular de governo eletrônico é de uma atividade exclusivamente regida pela Internet ... a que possa ser adicionado, que melhora o acesso dos cidadãos à informação do governo, serviços e *expertise* para garantir a participação do cidadão e satisfação com o processo do governo ... é um compromisso permanente por parte do governo para melhorar a relação entre o cidadão e o setor público através do reforço, o custo-benefício e prestação eficiente de serviços, informação e conhecimento. É a realização prática do melhor que o governo tem para oferecer (UN e ASPA 2001).

Segundo Rover (2005) o Governo Eletrônico é uma forma de organização do conhecimento que pode permitir que muitos atos e estruturas meramente burocráticas simplesmente desapareçam e a execução de tarefas que exijam uma atividade humana mais complexa seja facilitada.

Com o movimento recente de *dados abertos* (*open data*), está sendo utilizado também o conceito de governo aberto, abordado a seguir.

6 Governo Aberto

De acordo com Ferrer-Sapena, Peset e Aleixandre-Benavent (2011), Governo Aberto é uma forma de comunicação aberta e permanente entre a administração e os cidadãos, com base na transparência da administração, trabalhando com a sociedade civil e empresarial. Um dos pontos-chave que estão sendo usados para atingir este objetivo de participação é o movimento de dados aberto. Projetos de dados abertos fornecem acesso a dados do governo de acordo com as recomendações do W3C (desejável). A estrutura e o formato abertos permitem que dados sejam reutilizados para fornecer novos serviços aos cidadãos e empresas. Vários projetos e aplicações de visualização estão sendo desenvolvidos com base neste movimento. Uma das primeiras iniciativas no Brasil é o Portal da Transparência do Governo Federal. A página principal do portal está representada na Figura 2. O Portal da Transparência é uma iniciativa da Controladoria-Geral da União (CGU), lançada em novembro de 2004, para assegurar a boa e correta aplicação dos recursos públicos. O objetivo é aumentar a transparência da gestão pública, permitindo que o cidadão acompanhe como o dinheiro público está sendo utilizado e ajude a fiscalizar (CGU, 2012). O que vai de encontro com Castells (2003), quando afirma que em vez de o governo vigiar as pessoas, as pessoas poderiam estar vigiando o seu governo – o que é de fato um direito delas, já que teoricamente o povo é soberano.

Figura 2: Portal da Transparência

A Lei Complementar 131, de 27 de maio de 2009, alterou a redação da Lei de Responsabilidade Fiscal no que se refere à transparência da gestão fiscal, determinando a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. De acordo com a LC 131, deve ser divulgado:

- Despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa;
- Receita: lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

A proposta deste artigo é fazer uma avaliação da qualidade das informações disponibilizadas no Portal de Transparência, com base no *framework* proposto por Eppler (2006).

7 Avaliação do Portal da Transparência

A qualidade da informação é um pré-requisito crucial para a efetiva transferência de conhecimento entre os trabalhadores do conhecimento e, conseqüentemente para o funcionamento do processo intensivo de conhecimento em si. Neste sentido, será utilizado o *framework* proposto por Eppler (2006) para avaliar a qualidade da informação disponibilizada no Portal da Transparência.

Neste *framework* são definidas quatro categorias ou visões (estrutura horizontal), que podem ser vistas na Figura 3: *Relevant Information*, *Sound Information*, *Optimized Process*, *Reliable Infrastructure*.

Foram definidos dezesseis critérios para o *framework*, quatro para cada nível ou categoria que também podem ser vistos na Figura 3. Por exemplo, no nível *Relevant Information* tem-se os critérios (ou características): *comprehensive*, *accurate*, *clear*, *applicable*, e da mesma forma para os outros três níveis.

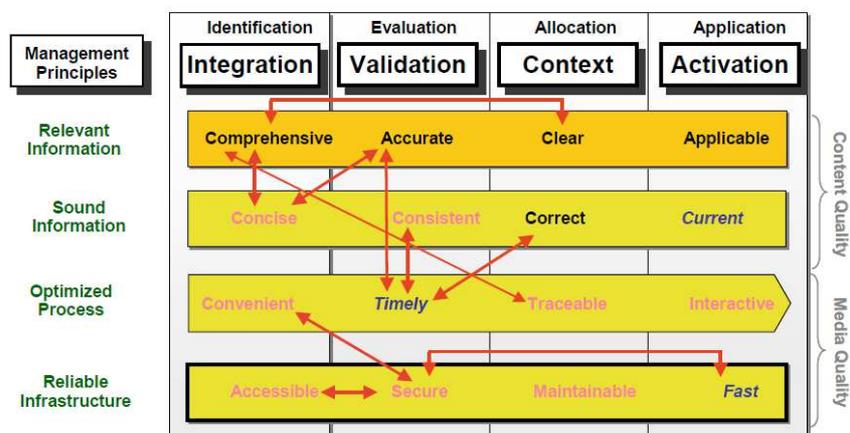


Figura 3: Estrutura do Framework. Fonte: Eppler (2006)

A estrutura vertical do *framework* reflete uma seqüência cronológica ou fases do ponto de vista do usuário com relação à informação. As perguntas chaves (de um consumidor de informação) para

serem respondidas em cada fase são as seguintes: 1. Onde está a informação que eu preciso? (identificação); 2. Posso confiar nela? (avaliação); 3. Posso adaptá-la à minha situação atual? (alocação); 4. Como é melhor usá-la? (aplicação). Estas fases estão também representadas na Figura 3, por exemplo, na fase de identificação têm-se os critérios: *comprehensive, concise, convenient, accessible*, seguindo assim para as outras fases.

Os dezesseis critérios do *framework* foram avaliados, partindo de uma pergunta base (por critério) sugerida pelo próprio autor do *framework*:

1. **Comprehensive:** O escopo da informação é adequado (existe informação de mais ou de menos)? As informações encontradas no portal são pertinentes e completas;
2. **Accurate:** A informação é precisa e próxima da realidade o suficiente? É possível navegar por vários níveis para validar as informações;
3. **Clear:** A informação é compreensível para o grupo alvo? Existem algumas formas de auxílio, como: Manual de Navegação, Glossário, Perguntas Frequentes e Fale Conosco por telefone e e-mail. Algumas informações estão implícitas, ou seja, só se obtém após o agrupamento das ações no Excel, mediante tabulação de dados (ex. totalizações). Ainda assim, não é possível fazer o cruzamento pleno de informações;
4. **Applicable:** As informações podem ser aplicadas diretamente? São úteis? Existe um grande número de consultas que podem ser acessadas diretamente no portal. Também está disponível para *download* arquivo Excel de boa parte das consultas, mas não possibilita *download* completo do banco de dados. A Figura 4 apresenta um número crescente de acessos desde 2004 passando de três milhões em 2011;
5. **Concise:** A informação é pontual, evitando elementos desnecessários? As informações estão distribuídas em diferentes consultas que não podem ser cruzadas; Existem *links* para outras páginas como: Rede de Transparência, Portais de Compras,

Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF); Não se identificou elementos desnecessários;



Figura 4: Número de visitantes do Portal da Transparência, fonte (CGU, 2012)

6. **Consistent.** A informação é livre de contradições? É possível chegar ao máximo de detalhamento, porém não estão disponíveis outros documentos para comprovação de valores;
7. **Correct.** A informação é livre de distorção ou erro? Não é possível fazer esta análise, embora para que exista a transparência desejada, este é um pré-requisito necessário;
8. **Current.** A informação é atualizada e não obsoleta? A atualização da consulta 'Informações Diárias e Receitas' é *diária*, as demais seções disponíveis no portal são atualizadas *mensalmente*, exceto a seção Convênio que é atualizada *semanalmente*;
9. **Convenient.** A informação atende às necessidades dos usuários? Se considerar especialistas no assunto sim, já para leigos falta detalhamento;
10. **Timely.** A informação é disponibilizada em tempo adequado? Sim, como descrito no item *current* a atualização e disponibilização das informações ocorrem de acordo com o tipo de informação, sendo diária, semanal ou mensal.
11. **Traceable.** O *background* da informação está disponível (autor, data, etc.)? Conforme avaliação pelo Índice de transparência (ACA, 2012), o conteúdo disponibilizado é bem completo e detalhado,

atendendo a LC 131. A data sempre está vinculada, além de outras informações, como: órgão responsável, setor, programa, ação, categoria econômica, modalidade de aplicação, origem do recurso, o que será comprado, preço, fornecedor, estado/município, etc.;

12. **Interactive:** O processo de informação pode ser adaptado pelo consumidor da informação? É possível formatar parcialmente as consultas, por meio de alguns filtros; É possível ordenar, no próprio site, de que forma as informações devem ser apresentadas; Idem para geração de gráficos, a Figura 5 representa alguns gráficos gerados no portal, relacionados ao programa bolsa família, com filtros por ano e região do país;

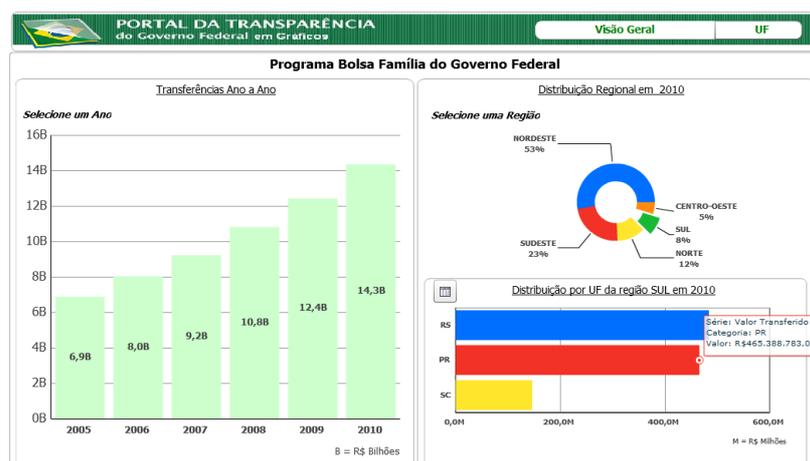


Figura 5: Gráficos gerados no Portal da Transparência

13. **Accessible:** A forma de se obter a informação é contínua e desobstruída? A Informação está disponível via web, com fácil acessibilidade e pode-se contar com o baixo *downtime* dos sites governamentais;

14. **Secure:** A informação é protegida de perdas e acesso não autorizado? Após a verificação com uma ferramenta específica de segurança, nenhuma vulnerabilidade relevante foi localizada;

15. **Maintainable:** Refere-se a aspectos relacionados à Manutenção, organização e atualização das bases de dados; Estes itens ficaram fora do escopo da análise, pois externamente não é possível avaliar;
16. **Fast:** A infraestrutura corresponde ao ritmo de trabalho do usuário? Aparentemente sim, com relação ao tempo de resposta do servidor.

8 Considerações Finais

Com relação à avaliação destes dezesseis critérios comentados, os que se destacaram positivamente são: *Applicable*, *Interactive* e *Accessible*. Nota-se com base na Figura 4 como o número de acesso ao portal vem crescendo ao longo dos anos, demonstrando boa aplicabilidade; as consultas e gráficos disponíveis são bastante interativos, além de ser percebida fácil acessibilidade do portal.

Já em contrapartida, alguns critérios se destacaram negativamente, como: *Clear*, *Concise*, *Convenient*. Considerando como público alvo a população em geral, embora existam várias formas de auxílio no portal, é preciso ter certo conhecimento sobre as informações que são disponibilizadas para utilizá-las. Algumas consultas não podem ser cruzadas, além de informações complementares estarem em outras fontes. Considera-se que as informações atendem as necessidades de especialistas, mas para leigos, é necessário bastante esforço e aprendizado inicial.

Alguns critérios não puderam ser analisados pelo fato de não se conhecer a infraestrutura e processos envolvidos, como no caso de *Correct* e *Maintainable*. Os demais critérios consideram-se como atendidos.

De maneira geral, com esta análise conclui-se que o Portal da Transparência do Governo Federal, uma iniciativa de Governo Aberto, atende as exigências da LC 131. Com relação à qualidade das informações que são disponibilizadas no portal, a grande maioria dos critérios analisados é atendida, havendo uma

dificuldade inicial para o público leigo em assuntos da administração pública. No entanto, para empresas ou profissionais especialistas, considera-se que o portal atende o seu objetivo de aumentar a transparência da gestão pública.

9 Referências

- ACA - ASSOCIAÇÃO CONTAS ABERTAS. Índice de Transparência. Disponível em: < <http://www.indicedetransparencia.org.br>>, Acessado em: fevereiro de 2012.
- CAMPOS, Aline de. Arquitetura da participação, construção de conhecimentos e ecologia cognitiva na web 2.0. XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul. 2010.
- CARNEIRO, Mara Lúcia Fernandes. O acoplamento tecnológico e a comunicação em rede: inventando outros domínios de aprendizagem. 2003. 187p. Tese (Doutorado em Informática na Educação) - Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- CARNEIRO, Mara Lúcia Fernandes; PIRES, Ana Luiza; MARASCHIN, Cleci. Laboratório de Línguas a Distância na UFRGS: a constituição de outros domínios de aprendizagem. IX Workshop de Informática na Escola. 2003.
- CARNEIRO, Mara Lúcia F.; MARASCHIN, Cleci; TAROUCO, Líane M. R. Os domínios de aprendizagem e o papel do professor. III Ciclo de Palestras sobre Novas Tecnologias na Educação. CINTED/UFRGS. 2004.
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra. 1999.
- CASTELLS, Manuel. A galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003.
- CGU – CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Portal da Transparência. Disponível em: < <http://www.portaltransparencia.gov.br> >, Acessado em: fevereiro de 2012.
- DENHARDT, Janet V., e Robert B. DENHARDT. The new public service. Armonk, New York: M. E. Sharpe, 2003.
- DENHARDT, Robert B. Teoria Geral de Administração Pública. 5.ed. Tradução de Francisco Heidemann. Florianópolis: ESAG/UFDESC, 2008.

- EPPLER, M. *Managing Information Quality: Increasing the Value of Information in Knowledge-intensive Products and Processes*, 2nd revised and extended edition, Springer, Berlin/New York (2nd Printing), 2006.
- FERRER-SAPENA Antonia; PESET Fernanda; ALEIXANDRE-BENAVENT Rafael. Access to and reuse of public data: open data and open government. *Profesional de la Informacion*, volume 20, Issue: 3, pp. 260-269, 2011.
- MARASCHIN, Cleci; AXT, Margarete. Acoplamento Tecnológico e Cognição. In: VIGNERON, Jacques e OLIVEIRA, Vera Barros de (org). *Sala de aula e Tecnologias*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2005. pp. 39-51.
- MATURANA, H.; VARELA, F. *De Máquinas e Seres Vivos: Autopoiese: a organização do vivo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- MATURANA, H.; VARELA, F. *A Árvore do Conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. São Paulo: Palas Athena, 2001.
- MAURENTE, Vanessa Soares; MARASCHIN, Cleci; BIAZUS, Maria Cristina Vilanova. Modulações de Acoplamento Tecnológico Como Estratégia de Pesquisa e Intervenção. *Revista Educação e Realidade*. v. 34, n.1, 2009.
- MINUZZI, Débora Oliveira. *Ensino de língua estrangeira on-line: meio digital potencializador de cognição e subjetividade*. Dissertação de mestrado. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. 2008.
- MOON M. J. The evolution of e-government among municipalities: Rhetoric or reality? *Public Administration Review*. V. 62, pp. 424-433, 2002.
- NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. *Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Campus. 2000.
- OSBORNE, David e Ted GABLER. *Reinventing government*. Reading, Mass.: Addison-Wesley, 1992.
- PELLANDA, Nize Maria Campos. *Auto-narrativas e Hipertextos: dispositivos digitais de construção de sujeito/conhecimento*. XII Workshop de Informática na Escola. 2006.
- REDFORD, Emmett S. *Democracy in the administrative state*. New York: Oxford University Press, 1969.
- RODRIGUES, Sheyla Costa; MARASCHIN, Cleci; LAURINO, Débora Pereira. Rede de Conversação, formação de professores e tecnologias digitais. *Cadernos de Educação*. 2008. pp. 235-244.
- ROVER, Aires J.; RAMOS JUNIOR, Hélio Santiago. O ato administrativo eletrônico sob a ótica do princípio de eficiência. In: *Anais da II Conferência*

Sul-Americana de Ciência e Tecnologia Aplicada ao Governo Eletrônico –
CONEGOV 2005. Florianópolis: Ijuris, 2005. pp. 33-44. 2005.
UN, ASPA. United Nations and American Society for Public Administration.
Global Survey of E-government. 2001.